

Bandeiras que imaginam futuros: fabulações especulativas a partir de intervenções no estandarte brasileiro

Ísis Daou (ESDI-UERJ/Brasil)
isisdaou@gmail.com

Zoy Anastassakis (ESDI-UERJ/Brasil)
zoy@esdi.uerj.br

Bandeiras que imaginam futuros: fabulações especulativas a partir de intervenções no estandarte brasileiro

Resumo: O presente artigo apresenta resultados parciais de um estudo que posiciona a bandeira brasileira como uma imagem de dissenso estético. Tal posição reflete as tensões e disputas político-sociais correntes no país desde a instituição desta bandeira enquanto símbolo nacional, condições que foram agravadas nos anos mais recentes no Brasil. A partir da reunião de imagens que intervêm visualmente sobre a bandeira nacional brasileira, propõe-se a escrita de fabulações especulativas (haraway, 2023), metodologia empregada a fim de mobilizar o pensamento e prática críticos do campo do design. Busca-se contribuir, dessa forma, para uma abordagem de pesquisa em design de ampliação e maior atenção sobre perspectivas existentes no tempo presente, úteis tanto para conscientização e formulação de respostas aos desafios que enfrentamos atualmente, quanto para a imaginação de outros futuros possíveis.

Palavras-chave: Bandeira Nacional Brasileira, Fabulações Especulativas, Design Crítico.

Flags that imagine futures: speculative fabulations based on interventions on the Brazilian banner

Abstract: *This article presents partial results of a study which positions the Brazilian flag as an image of aesthetic dissent. This position reflects the political-social tensions and disputes prevailing in the country since the establishment of this flag as a national symbol, conditions that have worsened in recent years in Brazil. From the collection of images that visually intervene on the Brazilian national flag, we propose the writing of speculative fabulations (haraway, 2023), a methodology used in order to mobilize critical thinking and practices in the field of design. The aim is to contribute, in this way, to an approach in design research that expands and promotes greater attention to perspectives that exist in the present time, useful both for raising awareness and responding to current challenges, and for imagining other possible futures.*

Keywords: *Brazilian national flag, Speculative Fabulations, Critical Design..*

1. Introdução

Um território é conformado por corpos, origens, histórias e culturas, que convivem em diferença. Por convenção, sob a instituição dos Estados nacionais, um território é demarcado como uma “figura” que agrega uma “nação”, ou seja, um grupamento político autônomo que ocupa um território com limites definidos cujos membros respeitam instituições compartilhadas. Nos Estados nacionais, uma imagem única é definida como identificadora e representativa desse agrupamento de seres com uma territorialidade comum: a bandeira nacional.

Como seria, porém, se outras bandeiras emergissem, imaginadas e criadas por pessoas comuns? E se elas fossem alçadas ao mesmo *status* que as bandeiras nacionais “oficiais”? A imagem de uma bandeira nacional, acionada como um tipo de visualidade unificadora, carrega a pretensão de identificar uma nação constituída por meio de um Estado unificado. Entretanto, o que constitui uma nação é a profusão de seres e comunidades de diferentes em coabitação.

Para Hall (2006), um dos principais efeitos da globalização sobre as identidades culturais é o da desarticulação das identidades estáveis do passado para criação de novas. A pluralidade de identidades coletivas tem a ver com uma marcação mais visível das diferenças e dos antagonismos entre grupos sociais, o que também gera uma percepção mais nítida da fragmentação, e até da incongruência, da complexa e diversa sociedade que coexiste e é identificada como uma mesma nação.

Nesse artigo, tomamos a bandeira nacional brasileira como uma imagem de dissenso estético – uma condição presente desde sua instituição como símbolo da nação, na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, mas que se tornou ainda mais aguda e visível desde 2013, em razão de uma série de eventos políticos de grande impacto no país (SOLANO, ORTELLANO e RIBEIRO, 2019). Se nações podem ser descritas como “comunidades culturais construídas nas mentes e na memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados” (CASTELLS, 2018, p. 118), nos parece oportuno, então, que, durante um período de tamanha disputa e polarização política, sejam questionados e colocados em pauta os símbolos que representam o país e a história controversa que os originaram.

No que tange o aspecto de dissenso que a imagem da bandeira nacional brasileira evoca, nos interessa observar o potencial imaginativo que estas controvérsias provocam. Em anos recentes, surgiu um número considerável de criações, intervenções e releituras sobre esse símbolo nacional que mobilizam outros sentidos possíveis em torno de noções como pertencimento e coletividade.

Reunindo algumas dessas imagens, a partir delas e com elas propomos a escrita de fabulações especulativas (HARAWAY, 2023). Por fabulação especulativa denominamos narrativas que, se baseando em análises factuais e documentais, questionam criativamente a realidade por meio do convite à ampliação da nossa capacidade de imaginar futuros em fricção com o presente. Por meio da ficcionalização, as fabulações tecem pontes entre o real e o imaginado, nos convidando, assim, a especular, de modo informado, sobre futuros alternativos. Estas narrativas se configuram, então, como exercícios de cultivo às capacidades de engajamento e resposta ao que está posto, elaborando cenários e entremeando ideias e relações que possam compor outros modos de vida menos percebidos e vislumbrados.

As fabulações especulativas nos convidam, então, a uma ampliação da imaginação, ajudando a conformar novas modalidades de sentido que “abrem portas para formas alternativas de viver, pensar e agir” (GASPAR, 2011, p. 3, tradução nossa). Essa abordagem metodológica nos parece oportuna, uma vez que mobiliza práticas críticas do campo do design, tais como a investigação e análise visual e a montagem de cenários futuros, como meios para a conscientização sobre os compromissos aos quais estamos vinculados, enquanto profissionais no campo da comunicação visual. Muitas vezes convocados a elaborar ou reconfigurar projetos de identidade visual que apagam o espectro das diferenças por meio de uma unidade formal, nós, designers, precisamos cada vez mais atentar para outras possibilidades de ação projetual que, em vez de achatar o campo de possíveis, contribuam para a ampliação das nossas capacidades de imaginação.

Em nosso exercício especulativo apoiado nas imagens alteradas da bandeira nacional, o dissenso se apresenta como índice de uma série de questões sociais e políticas mais amplas e complexas, que abarcam a realidade brasileira e a própria constituição do país. Com base no que nos aponta a análise documental deste conjunto de imagens históricas, imaginamos um futuro para o cenário político em nosso país. A partir do conjunto das imagens aqui reunidas, compusemos estórias¹ de um Brasil futuro, experimentando, com a escrita de fabulações especulativas, um possível porvir, ensaiado em

1 O termo “estória”, e não “história”, para identificar as narrativas aqui apresentadas foi escolhido intencionalmente. Como explica a nota de tradução em “Ficar com o problema. Fazer parentes no Chthuluceno” (haraway, 2023), mesmo com significados entremeados na língua portuguesa, “estória faz referência a narrativas fabuladas em que se mesclam fato e ficção, com especial atenção à forma da narração, enquanto história remete aos acontecimentos do passado conforme a narrativa historiográfica” (p. 17).

três atos: lutar, coexistir e refundar. Estes atos não constituem uma estória em etapas precisas, nem seguem uma progressão temporal definida.

Nosso objetivo, aqui, é articular a pesquisa documental sobre um fenômeno recente no campo da comunicação visual, a saber, a profusão de imagens alteradas da bandeira nacional, com a produção de fabulações especulativas, que, provindo das imagens coletadas, apontam para outras possibilidades de futuro. Trata-se, portanto, de uma investigação em design comprometida com a elaboração de um pensamento visual crítico sobre a realidade social que nos envolve.

2. Lutar

As fabulações especulativas aqui reunidas se situam no território atualmente conhecido como República Federativa do Brasil. Estas estórias se inscrevem num futuro imaginado, em um intervalo de aproximadamente cinco décadas de duração, na segunda metade do século 21, compreendendo o que ficaria conhecido como a Grande Renovação (GR) – um período em que mudanças radicais seriam empreendidas a nível político, social e econômico, de modo a viabilizar a permanência de modos de vida possíveis naquela região.

O início da Grande Renovação não se deu por esforço espontâneo nem boa vontade. Alguns anos após uma grande pandemia global que pôs novamente à prova as capacidades de gestão, preservação da vida e colaboração mútua entre governantes, novos e grandes desafios começaram a despontar no horizonte: o súbito agravamento das mudanças climáticas nas primeiras décadas do século 21 não garantiu a agilidade necessária na aplicação de medidas para reversão dos danos e riscos em regiões mais vulneráveis do planeta. Com isso, as primeiras migrações de refugiados climáticos começaram por pequenas comunidades de populações nativas, habitantes de ilhas e regiões litorâneas, as primeiras a sofrerem o impacto do aumento do nível do mar.

No Brasil, as primeiras migrações de refugiados do clima provocaram uma série de efeitos inesperados. O mais imediato deles foi a instauração de uma atmosfera prolongada de temor na população, primeiramente acometendo os habitantes de municípios litorâneos, mas que logo se espalhou para todo o país: episódios seguidos de inundações, secas, terremotos, queimadas, cortes de energia e no abastecimento de água em múltiplas regiões criaram uma situação de insegurança e vulnerabilidade generalizadas. O governo federal interveio com a disponibilização de verba para implementação de medidas de apoio emergenciais em todo o território nacional, condições que permaneceriam em vigor por cerca de três anos, devido à gravidade do cenário.

A cada pequena superação de problemas localizados, porém, as circunstâncias tornavam mais evidente a nova conjuntura que se desenhava: não havia mais volta às condições de vida das décadas anteriores, de relativa “normalidade” e convivência com as mudanças ambientais. Novas mudanças precisariam ocorrer, de forma efetiva, e cada vez mais rápida. Um senso de urgência e necessidade de mudança se impunha sobre a realidade, abalando as próprias estruturas políticas da nação.

Dentre parte considerável da população, começou a nascer o desejo de mobilização e discussão em torno de um tipo de reforma no próprio regime de governo. Esse já tinha sido tema de infindáveis discussões em décadas anteriores, oriundas de um outro momento político, que foi sucedido pela manutenção do presidencialismo, que permaneceu estável e regular por vários anos. O mesmo presidencialismo, porém, agora se mostrava desgastado e rígido frente às demandas organizacionais que se multiplicavam em meio às catástrofes ambientais.

As propostas de reforma do sistema começaram a ser debatidas primeiramente entre os jovens do movimento estudantil, aos poucos ganhando visibilidade por meio da divulgação por figuras públicas mais influentes. A proximidade com o período eleitoral e o caráter de urgência que se impunha naquela conjuntura facilitaram a introdução da discussão da reforma do sistema de governo, o que, até poucos anos antes, parecia impensável, e arriscado. Além disso, a experiência recente de um período sob regime político extraordinário, voltado para a implementação de medidas emergenciais de enfrentamento às mudanças climáticas, trouxe, também, ameaças tidas como inaceitáveis pelos setores mais progressistas: em primeira instância, o retorno de lideranças autoritárias propondo regimes de inspiração ditatorial; em segunda, a instituição de governos com hierarquias rígidas e de lenta reação, submissos aos interesses econômicos ou simplesmente despreparados para a magnitude dos desafios que se apresentavam à época.

As campanhas de mudança sistemática para o novo modelo político, lideradas por iniciativas populares, eram informalmente difundidas com o uso frequente de iconografias revolucionárias e rebeldes, convocando à luta e adesão do povo. Entre os principais líderes políticos favoráveis à mudança, a defesa se fazia de forma muito mais comedida, porém, se argumentava a favor de um governo de maior horizontalidade, distribuição do poder e participação popular, sim, mas se evitava, entre a maioria, o uso do termo “revolução”. Ainda assim, as promessas e expectativas da mudança empolgaram organizações políticas mais tradicionais, que ansiavam por uma versão brasileira da revolução da classe trabalhadora, como aquelas já ocorridas em outros países décadas antes – algumas peças de comunicação dessa

época antecipavam tal projeto de revolução a partir de ícones e referências marcadamente comunistas, por exemplo.



FIGURA 1. Sem título – criação de Rodrigo Mahfuz, 2022.² (fonte: https://twitter.com/graomestre_/status/1567650871466463240)

O que ocorreu no Brasil nesse período, no entanto, pode ser considerado uma abertura improvável de oportunidades em meio às circunstâncias aterradoras. Posteriormente, cientistas políticos analisariam que a disposição favorável para debater a mudança se deu muito mais em razão do crescente sentimento de solidarização e de valores de união ocasionados após o enfrentamento das várias catástrofes coletivas, do que de um processo de politização intelectual, empreendido muito depois, já durante o andamento da campanha pela reforma política. Mas a realidade é que, pouco a pouco, a causa da mudança no sistema de governo foi ganhando aderência e popularidade até entre grupos sociais menos politizados.

- 2 Bandeira inspirada na pintura “Okê Oxóssi”, de Abdias do Nascimento (figura 4, p. xx), usada na campanha da chapa 2 – Retomada Popular, eleita para gestão do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) no ano de 2022.

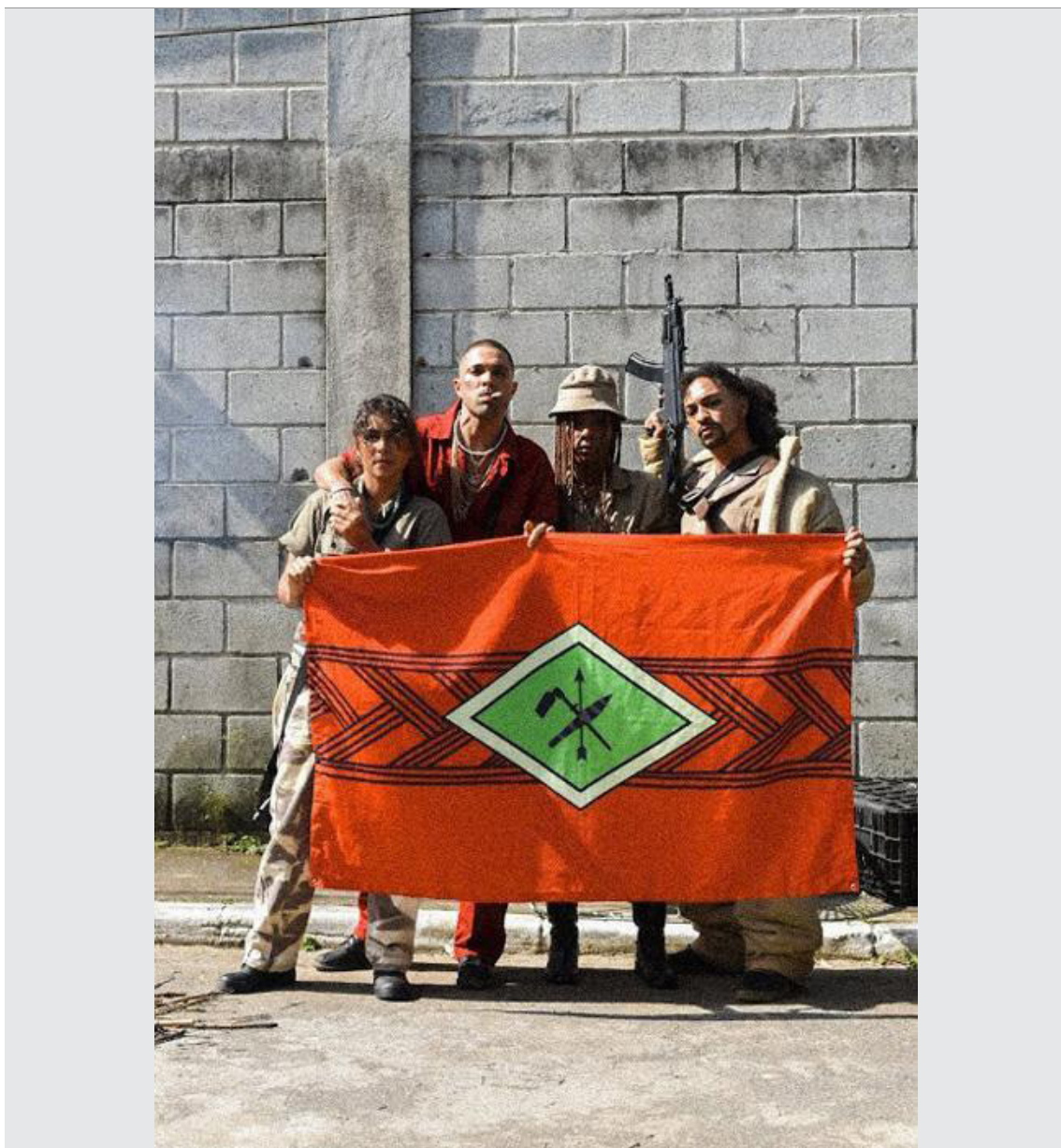


FIGURA 2. Sem título – criação de Don L, 2021. (fonte: <https://youtu.be/bs5B5VLhqlk?si=Mm-8JcZkwSI2g7n0>)

A mudança para o novo sistema de governança foi um processo árduo, marcado por discordâncias de muitas naturezas entre perfis mais ou menos inovadores em seus desenhos de propostas e distribuição e exercício dos Poderes. A Assembleia de Reestruturação ficou marcada por intensos debates acerca da distribuição de funções e hierarquias institucionais, e sofreu atrasos, em razão das divergências ocorridas nas sessões de discussão. A pressão da própria conjuntura climática agravada, reforçando cotidianamente os riscos de novas destruições e perdas irreparáveis, porém, operou como um tipo de “apaziguador” das diferenças: apesar das dificuldades, a

transição de governos ocorreu dentro dos limites democráticos existentes, de forma pluripartidária, e diretamente submetida à votação popular. Na ocasião da data de instituição do novo governo, ficou marcado, na cerimônia de celebração, o momento em que um participante da plateia de populares levantou uma bandeira informal. Nela, se lia um lema: “Perseverança na Rebeldia”. Essa imagem coroou aquele momento histórico e circulou amplamente nos jornais e mídias da época, pois sintetizava o fôlego da conquista da mudança diante de um processo muito penoso, após anos de esforço e trabalho ininterruptos.



FIGURA 3. *Perseverança na Rebeldia* – obra de Jefferson Medeiros, 2022. (fonte: <https://www.instagram.com/p/ChiG5nEJ3v/>)



FIGURA 4. Bandeira do País do Futuro / Poder Popular – criação de Gabriel Borem, 2021. (fonte: <https://www.instagram.com/p/CUDpUwMrMLS>)

O novo regime iniciou um processo de aproximação e integração da população comum à política “formal”. Dados os riscos de ruptura democrática encarados nas décadas anteriores, estruturou-se um sistema em que se prezava o fortalecimento das instituições e, também, ampla distribuição de poder político. Foi instituída uma esquematização de cargos e funções dividida em setores, do 1 ao 5, formando uma escala de articulação do micro ao macro poder: no setor 1 estavam líderes comunitários; no 2, vereadores; no 3, deputados; no 4, senadores e governadores regionais; no 5, os ministros-líderes do governo federal.

Representantes de cada setor se reuniam periodicamente em conferências municipais, regionais e nacionais. Houve um grande investimento inicial no fortalecimento de prefeituras e organizações locais, com o intuito de revigorar e manter o senso de comunidade e união que vinha sendo construído desde o período de agravamento das catástrofes climáticas. Entre alguns grupos sociais, o novo regime começou a ser apelidado de República do Poder Popular – uma alcunha que gerou polêmica, pois os mais críticos apontavam no sistema muitas falhas e resquícios do presidencialismo anterior.

No novo governo, três frentes de atuação foram propostas e instituídas como eixos de compromisso nacional, definidas por grupos de políticas a serem trabalhadas de forma contínua. Cada novo governo poderia manter ou criar novos órgãos e programas específicos dentro das frentes de atuação, de modo que alguns mandatos poderiam ser melhor ou pior sucedidos

do que outros em cada frente; o que não poderia ser alterado, porém, era a relevância e obrigatoriedade de propor políticas dentro de cada um dos eixos, pois estes estavam previstos como estruturantes na nova Constituição.

A primeira das três frentes foi definida por *políticas de enfrentamento*, fundamentadas na demanda incontornável de estabelecer limites e implementar medidas de combate aos múltiplos mecanismos de destruição criados nas décadas anteriores. Tais políticas envolviam a criação de novos órgãos, legislações e tomada de medidas de enfrentamento à desigualdade social, à desinformação e às células antidemocráticas que persistiram até aquela altura.

3. Coexistir

A segunda frente de atuação dos novos governos após a GR envolvia *políticas de diferença*. Elas foram propostas a partir da compreensão de que o discurso da tolerância e a defesa da diversidade não foram políticas sociais efetivas, por mais avanços que houvessem sido conquistados nas décadas anteriores. A perspectiva da diferença como diretriz filosófica e fundamental formadora da sociedade foi amplamente debatida entre teóricos durante o período de debate e desenho do novo regime. Alguns intelectuais argumentaram em descrença do próprio regime de representação política, incongruente com as noções de diferença:

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política (PRECIADO, 2019, p. 418).

Outros, mais otimistas, defendiam uma revisão ontológica sobre a binariedade imposta nos modos de viver, conviver e se relacionar, propondo uma desconstrução gradual de categorizações rígidas sobre as identidades de gênero e expressões afetivas:

Mas é importante não “trocar seis por meia dúzia” apenas buscando “incluir” as diferentes expressões da (homos)sexualidade. Podemos fazer mais e melhor questionando o próprio binário hetero-homossexual (ou mesmo a tríade heterohomobi) como um esquema rígido e restrito que jamais abarcou toda a variedade de expressões afetivas e sexuais humanas. Se somos capazes de perceber que as pessoas cada vez menos cabem em binários como homem-mulher, masculino-feminino, hetero-homo, é porque mal começamos a compreender como as pessoas transitam entre esses pólos, ou se situam entre eles de formas complexas, criativas e inesperadas (MISKOLCI, 2012, p. 56).

A diretriz institucional foi decidida pelo voto da maioria dos conselheiros teóricos, e seguiu o caminho de reformulação: com isso, estatutos sociais foram elaborados e redigidos a partir do princípio da diferença como grande alicerce e riqueza do corpo coletivo social da nação. Essa concepção colocava a diferença como direito fundamental, e que a afirmação das diferenças deveria ser celebrada, incentivada e garantida a todos os brasileiros. Dentro da Lei Social das Diferenças, estavam previstos crimes e infrações para ações de repúdio, intolerância ou violência contra qualquer cidadão vítima de discriminação motivada e identificada em características pessoais. Em geral, a penalidade contra tais atos envolvia inserção do infrator em programas de reabilitação social, que se constituíam de processos educativos, culturais e terapêuticos de aprendizado pelas diferenças.

Nas décadas anteriores à GR, medidas de inclusão social foram aprovadas, instituindo um intrincado sistema de cotas raciais e de gênero nas instituições públicas e no mercado de trabalho. Com o passar dos anos, resultados positivos foram colhidos dessa determinação, mas persistia, a nível sócio-cultural, grande distanciamento e segregação entre grupos sociais distintos, uma vez que as políticas de diferença ainda não haviam sido criadas. Com a implantação da nova forma de governo, diversas políticas de diferença seriam incentivadas em todos os âmbitos da vida cultural e social dos brasileiros. A começar pela educação e pelas escolas, que tradicionalmente serviam como parte de um mecanismo de socialização que também funcionava como um apagamento de diferenças, enquadrando os jovens e crianças em modelos hierarquicamente impostos. Com as mudanças, o sistema e o currículo escolar foram reformulados de modo a serem elaborados em torno da ideia de diferença. Como defendeu um teórico à época, “ao invés de ensinar e reproduzir a experiência da abjeção, o processo de aprendizado pode ser de ressignificação do estranho, do anormal como veículo de mudança social e abertura para o futuro” (MISKOLCI, 2012, p. 63).



FIGURA 5. Sem título – obra de Aline Bispo, 2019. (fonte: https://www.instagram.com/p/CTxq-YrvfNx/?img_index=1)

Nos primeiros anos da GR, a questão religiosa permaneceu como um ponto central de embate na sociedade civil. Ao longo de várias décadas, entre o fim do século 20 e início do 21, o Brasil havia se tornado, gradualmente, um país de maioria evangélica. Embora todas as religiões apresentassem um decréscimo no número de fiéis algumas décadas antes da mudança de regime, o contingente populacional de brasileiros cristãos protestantes ainda constituía a maior parte da população. No entanto, as políticas de tolerância e inclusão das décadas anteriores alteraram significativamente o perfil social de fiéis e pastores de igrejas em direção à diversidade, transformando tais ambientes em locais muito diferentes daqueles do início do século 21, em que discursos discriminatórios contra grupos minorizados eram normalizados.

No âmbito religioso, as políticas de diferença eram inflexíveis: qualquer manifestação de teor religioso deveria ser tolerada, inclusive as expressões públicas de ceticismo. Instituído como direito fundamental, pessoal e intransferível, a espiritualidade e religiosidade ficaram restritas ao âmbito pessoal. No sistema político, por exemplo, as candidaturas de líderes religiosos a cargos públicos ficaram restritas ao setor 1, significando que poderiam, no máximo, ser eleitos líderes comunitários, hierarquicamente abaixo de vereadores. A reforma tributária geral, empreendida pelas políticas de enfrentamento, previu também o fim da isenção fiscal de templos religiosos de toda natureza, com o estabelecimento de impostos proporcionais à dimensão das

instituições. A nível federal, foi formada uma comissão inter-religiosa nacional, em diálogo constante com líderes políticos de todos os setores, e foi consolidado um calendário ecumênico no Brasil, que instituiu datas de celebração e feriados de relevância para diferentes crenças e práticas religiosas



FIGURA 6. performance da *drag queen* Maybe Love no Cabaré Diferentão, no Teatro Rival, em 2019 – a bandeira “Liberdade Igualdade Fraternidade Nova York” é criação da loja Produtinhos Caju. (fonte: Íra Barillo)

As artes e entretenimento foram especialmente contemplados e desenvolvidos dentro das políticas de diferença, resultado de amplos investimentos do governo. Essas áreas foram prontamente reconhecidas como cruciais para a promoção da cultura da diferença. Com a democratização da *internet* e as novas leis de mídia e informação em vigor, a inserção de uma porcentagem mínima de conteúdos de estímulo à aceitação de modos plurais de existência tornou-se obrigatória. O financiamento dessas atividades, no entanto, se mostrou extremamente bem sucedido: um verdadeiro *boom* criativo nos setores artístico e audiovisual ocorreria a partir da segunda década da GR, com um crescimento exponencial da popularidade de produtos de mídia como livros de ficção, filmes, *podcasts*, seriados e *reality shows* voltados à explorar e fomentar o interesse da audiência acerca de narrativas e histórias de diferença.

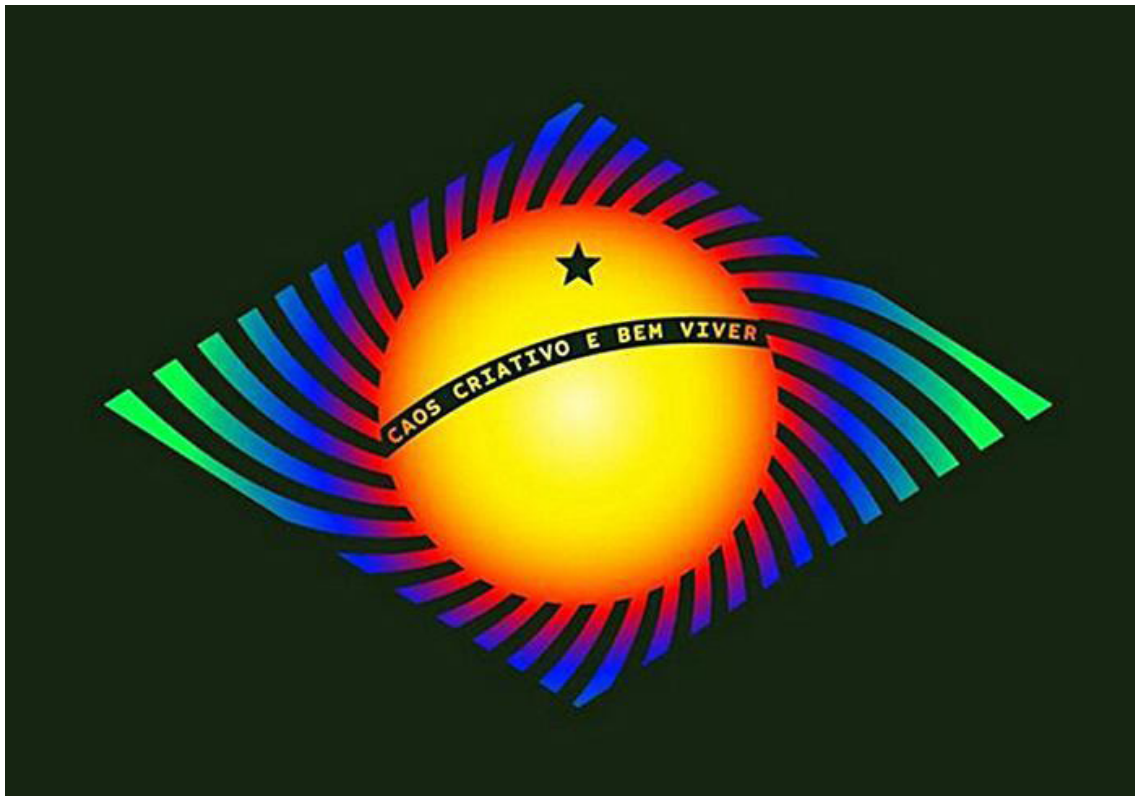


FIGURA 7. Sem título – criação de Charles Zipi L'Astorina, 2022. (fonte: <https://www.instagram.com/p/CkZFYI5JE4t>)

As políticas de diferença também foram gradualmente inseridas no cotidiano comum, a partir da maior integração e participação da população na política. O novo regime de governo aproximou as pessoas das esferas de poder: com o fortalecimento de instituições municipais e locais, centros de

mapeamento comunitário foram criados, onde ocorriam reuniões periódicas de elaboração de pautas populares debatidas e propostas por cidadãos. Já a partir da segunda década da GR, um dia útil de trabalho semanal foi retirado: na nova constituição federal, esse seria o dia de atividade comunitária, obrigatória para jovens acima dos 20 anos e adultos até os 50. Nesses dias, os trabalhadores se dedicavam às atividades de bem comum: engajamento em tarefas dos centros comunitários, hortas coletivas, lazer e fazeres artísticos com idosos, etc.



FIGURA 8. *Bandeyra Nacional* – criação de Frederico Costa, 2015. (fonte: <https://www.facebook.com/photo?fbid=10154587515240828>)

Considerado o segundo país mais ansioso do mundo no início do século 21, o governo brasileiro implementou importantes políticas para saúde mental da população, ainda nas décadas anteriores à GR. O novo regime tratou de ampliar e diversificar os cuidados nessa área, e a política de diferenças estabeleceu novas medidas de combate ao ódio e ao *bullying* entre jovens e crianças, por exemplo. Um importante programa de desradicalização de extremistas ideológicos foi criado como parte integral das políticas de diferença, voltado especialmente para jovens alinhados ao espectro de gênero masculino, de 10 a 25 anos.

Ao longo das quase cinco décadas de duração da GR, a frente de políticas de diferença provocou um intenso impacto na vida social e cultural do país. Já na segunda década de sua implementação, o lema “A diferença no topo do mundo, acima de ninguém” ganhou popularidade – inicialmente pensado como *slogan* numa campanha institucional do governo, a frase logo se espalhou em camisas e cartazes, ganhando espaço e aceitação. A partir da terceira década do novo regime, a promoção da cultura da diferença começou a ficar mais visível em outros aspectos da vida social e do comportamento da população.

Como se, de fato, a liberdade se fizesse possível por meio da expressão das diferenças, uma onda de vivacidade e expressão sexual surgiu nesse período; teóricos explicariam, posteriormente, que tal fenômeno se deu por uma confluência de fatores, inclusive climáticos e econômicos, mas que as políticas de diferença certamente contribuíram para tal. Embora ainda existissem grande variedade de visões a respeito desse tema no meio social, pesquisadores atestaram uma mudança de perfil no comportamento dos brasileiros, com maior abertura para o diálogo sobre práticas não-normativas e positividade sexual.



FIGURA 9. *Amor* – obra de Christina Machado, série *Artérias*, 2022. (fonte: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/261/amor--ordem-e-progresso>)

4. Refundar

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões
São verde e rosa as multidões...³

A terceira e última frente de atuação do novo regime de governança estabelecido no Brasil na Grande Renovação se constituiu em políticas de refundação. Esse eixo de trabalho incluiria todo tipo de medidas de reparação, resgate e recuperação envolvendo temas fundamentais da história e memória brasileiras. Na primeira cerimônia de posse do recém-inaugurado Ministério da Memória, o ministro-líder abriu seu discurso falando de “abrir as cortinas do passado”, como dizia o verso da canção “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso, compositor mineiro falecido ainda no século anterior.



FIGURA 10. *Bandeira brasileira* – obra de Leandro Vieira, 2019, fotografada no MASP na exposição “Histórias Brasileiras”, outubro/2022. (fonte: Ísis Daou)

As políticas de refundação foram chamadas dessa forma porque, desde o princípio da instituição do novo governo, estava previsto e entendido

- 3 Trecho do samba-enredo História pra Ninar Gente Grande, apresentado pela Estação Primeira de Mangueira no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro em 2019, com o qual a escola conquistou o seu vigésimo título de campeã do carnaval carioca.

que não se bastaria aplicar medidas reparadoras sobre crimes e destruições cometidas ao longo de dois séculos contra a população e seus territórios. Seria necessário, em última instância, refundar a própria nação, a própria concepção do país Brasil. Esse era um projeto ambicioso e que parecia distante demais da possibilidade de concretização – no entanto, após acaloradas discussões na Assembleia de Reestruturação do regime, ficou decidido empregar o termo “refundação” com o intuito de reforçar e lançar adiante o objetivo final desse eixo de atuação, não importando quanto tempo demorasse para alcançá-lo.



FIGURA 11. *Bandeira afro-brasileira (em diálogo com David Hammons) – 2a versão, obra de Bruno Baptistelli, 2020, fotografada no MASP na exposição “Histórias Brasileiras”, outubro/2022. (fonte: Ísis Daou)*

As políticas de refundação se iniciaram com a derrubada de uma série de sigilos impostos durante períodos de governos autoritários ou envolvidos em corrupção, décadas antes. Foram formadas comissões de apuração sobre tais documentos de modo a abrir investigação sobre integrantes desses esquemas. Prontamente, também, foi instituída a revisão de todos os arquivos da ditadura militar implantada no século anterior, cujas medidas de reparação ainda não haviam sido efetivadas, apesar da abertura desse processo décadas antes, durante o período de reforma do sistema militar. Já nos primeiros anos do novo governo, foram cumpridos julgamentos e condenações de oficiais criminosos, incluindo os já falecidos, incidindo em interrupções de pagamento de pensões para seus descendentes. Essa verba seria alocada para programas de apreciação às vítimas do autoritarismo brasileiro: foram construídos museus e instituições de memória e publicados editais para propostas de projetos artísticos e culturais sobre as histórias desses personagens históricos.



FIGURA 12. *Fantasmas da Esperança* – pintura de Marcela Cantuária, 2018. (fonte: <https://www.marcelacantuaria.com.br/outros-trabalhos>)

As políticas de refundação dialogam diretamente com as outras frentes de atuação propostas pelo governo, mas se centravam principalmente em aspectos de resgate de episódios do passado e práticas obsoletas que atravessaram a história do país. Estavam previstas aí, por exemplo, medidas de promoção de transparência, por meio de publicações públicas periódicas das informações e práticas empreendidas pelo governo – uma forma de reparação frente ao longo histórico de denúncias e ameaças de corrupção



FIGURA 13. *Por um novo nascimento* – bandeira criada para o desfile “Brava gente! O grito dos excluídos no bicentenário da Independência”, apresentado pelo GRES Beija-Flor de Nilópolis no Carnaval de 2023. (fonte: <https://mam.rio/programacao/brava-gente-a-beija-flor-no-mam-rio-2/>)

Os direitos básicos dos povos indígenas sobre seus territórios, assegurados de modo definitivo ainda em décadas anteriores à GR, foram revistos e ampliados. Foi instituída a garantia de autonomia dessas populações nativas sobre suas terras, e inclusive criado o direito à “desvinculação” – como foi denominado o movimento de algumas etnias em interromper ou minimizar o contato com a sociedade e o Estado além de suas aldeias, uma opção pouco frequente entre essas populações, mas que ocasionalmente era decidida como forma de preservação e proteção de seus saberes tradicionais. Além disso, com a inspeção dos registros de ocupações indevidas de suas terras em décadas anteriores, foram estabelecidos os pagamentos de indenizações às aldeias e territórios indígenas ameaçados.

As revisões historiográficas também constituíram parte fundamental das políticas de refundação do Brasil. Um grande esforço foi empreendido na

contestação à narrativa hegemônica do passado do país. Por meio de uma série de incentivos à pesquisa acadêmica e publicação de livros e materiais didáticos, uma nova história brasileira, aos poucos, começou a ser reconstruída. Personagens históricos de grande atuação e relevância social foram resgatados do esquecimento e, com o estímulo à pesquisa, outros novos foram descobertos e apresentados à população. Monumentos foram erguidos em homenagem a tais figuras; centenas de ruas, praças e locais públicos foram rebatizados com os nomes dos protagonistas dessa nova velha história que começava a ser contada.

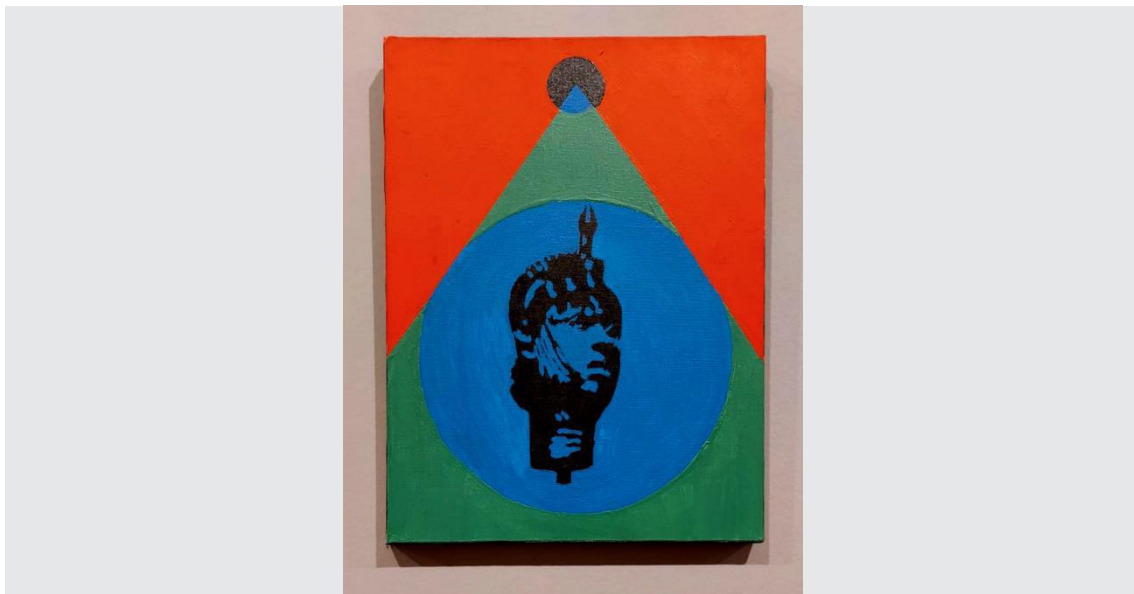


FIGURA 14. *Remontagem Zumbi* – obra de Guilhermina Augusti, 2021, fotografada no Museu de Arte do Rio na exposição “Um Defeito de Cor”, abril/2023. (fonte: Ísis Daou)

Dentre as políticas de refundação, os modos de convivência e relação com a natureza ocupavam uma posição de grande destaque. Não por acaso, o impacto da colonização sobre o território brasileiro se iniciou a partir da exploração e destruição da vegetação em prol da construção de riqueza para o império português. Isto é, desde seus primórdios coloniais, inaugurou-se, no Brasil, condições violentas e predatórias para com o meio ambiente e seus nativos; uma fenda que normalizou a violência e proporcionou o isolamento do povo brasileiro de seu próprio *habitat*.

Os programas e medidas das políticas de refundação foram idealizados de modo a tentar suturar essa fenda, criando e ampliando o interesse da população, especialmente a que habitava os centros urbanos, com o território. Aos poucos, também com as políticas de enfrentamento à desigualdade por meio do incentivo à agricultura local, a biodiversidade brasileira tornou-se ainda mais um tema de curiosidade popular – além das hortas comunitárias,

por exemplo, o número de microcultivadores independentes de espécies alimentícias de fungos e vegetais, por exemplo, cresceu consideravelmente.



FIGURA 15. Refundar o país, demarcar territórios – obra de Matheus Ribs, 2020. (fonte: <https://www.instagram.com/p/CI8rofUsTZF/>)

Um projeto largamente debatido nas décadas anteriores à instauração da GR foi o da Renda Básica Universal, uma proposta ainda do século anterior, que defendia o pagamento de uma quantia mínima a cada cidadão brasileiro, a fim de possibilitar de forma irrestrita a garantia da satisfação das necessidades fundamentais de todos. O projeto chegou a ser aprovado e colocado em prática por um breve período de testes, com resultados satisfatórios, mas o processo foi interrompido devido à série de catástrofes climáticas que acometeram o território brasileiro pouco depois. A ideia foi prontamente retomada ainda nas fases prévias à Assembleia de Reestruturação, votada em unanimidade e implementada imediatamente junto ao início do novo governo. A medida não seria suspensa nem revogada em nenhuma ocasião, ao longo das quase cinco décadas de duração do período da Grande Renovação.

O sucesso da Renda Básica Universal evidenciava um princípio fundamental que orientava todas as propostas das políticas de refundação: a de que, de forma irrestrita e incondicional, todo cidadão brasileiro deveria ter o acesso garantido a suas necessidades básicas. Isso, no entanto, era apenas a condição básica de dignidade. Não bastava como proposta de refundação da nação. O que as tradições populares e os saberes ancestrais dos povos

indígenas e quilombolas nos ensinavam ia muito além: a visão de mundo dos brancos da vida como um empreendimento precisava ser superada. Existir com dignidade e fruir da própria existência deveria ser, enfim, direito de todos.



FIGURA 16. *Re-Utopia* – série de Hal Wildson, 2022 (fonte: <https://www.halwildson.com/re-utopia>)

Após décadas de intenso esforço laboral por grande parte da população para se manter viva e sã enquanto atravessava um cenário de condições climáticas graves, o direito ao descanso foi assegurado e aprimorado dentro das políticas de refundação. A Lei do Descanso era altamente adaptável e flexível, conforme às circunstâncias e necessidades informadas pelos cidadãos e coletadas pelo sistema de saúde pública. Já nos últimos anos dentro da GR, a ampliação do direito ao descanso produziu efeitos tão admiráveis no bem-estar da população que, pouco tempo depois, começou a se desenhar, coletivamente, aos poucos, o desejo que era fruto de um direito ainda não constitucionalmente instituído, mas latente em toda nação: o do sonho. E, assim, após cerca de cinco décadas da instauração do novo regime político, encerrando o período que ficaria conhecido como a Grande Renovação, foi (re)fundada a República Popular do Brasil.



FIGURA 17. *Bandeira Mulamba* – obra de Mulambö, 2019. (fonte: <https://www.mulambeta.com.br/bandeira-mulmba>)

Considerações finais

A capacidade de pensar imagens e a possibilidade de reinvenção do imaginário coletivo têm uma associação ainda pouco compreendida e assimilada, no que tange seu real potencial de influência sobre o curso de eventos e movimentos políticos. A apropriação da bandeira nacional brasileira e sua consequente relação com grupos conservadores de extrema-direita, nos últimos anos, é demonstrativa do potencial que as imagens têm de cultivar um forte senso de identidade e pertencimento compartilhados.

Nesse artigo, apresentamos uma narrativa textual de fabulação em torno de outros cenários futuros para a história do país. Tal narrativa é elaborada a partir de imagens que não apenas repudiam ou defendem valores por meio de intervenções sobre a bandeira nacional brasileira, mas que oferecem um tipo de abertura especulativa, pela qual é possível imaginar outros projetos possíveis de Brasil. Coletadas por meio de uma pesquisa documental e histórica, essas imagens nos ajudam a enxergar o valor da imaginação para a construção de imaginários comuns – e, também, que o compartilhamento de imagens e imaginários são participantes importantes em processos de dispor vontades e empregar forças coletivas para cumpri-las.

No design ou em outras áreas, propostas especulativas frequentemente despertam algum tipo de resistência ou reação negativa. É preciso compreender,

primeiramente, que a especulação não serve ao propósito de definir ideias exemplares ou factíveis, e sim de apontar possibilidades e caminhos para mudança. De modo a caracterizar e assentar esse tipo de prática, Stengers (2014) propõe a imagem da especulação como um salto: um movimento que só é possível quando se abandona o medo de falhar, romper com dada expectativa e descumprir a norma. O salto especulativo seria o ensaio de outra possibilidade que ainda não se apresenta de forma estável, que se configura como algo novo, pelo qual ainda não temos referência: “O salto não é feito para o pensador sobrevoar, mas sim (...) para pousar novamente com atenção renovada e perguntas imaginativas” (p. 203, tradução nossa). O salto especulativo nos serve de ferramenta para ampliar uma perspectiva.

Especulando a partir do que nos apontam as imagens coletadas nesse estudo, propomos uma abordagem de pesquisa em design que não se incumbe de projetar futuros, mas, sim, de antecipar o que já está aqui, entre nós, de modo latente, mas ainda não objetivamente formulado. Ao confrontar as práticas de fabulações especulativas com a comunicação visual, nos aproximamos também de aspectos éticos e estéticos inerentes ao fazer design: o que se projeta por meio do design produz efeitos sensíveis e estéticos na nossa percepção do mundo; quando empregamos práticas especulativas no exercício do design, conseguimos também expandir nossas capacidades de imaginação projetiva. Isto é, ao invés de seguirmos realizando a manutenção automática e irrefletida do que já existe, podemos nos empenhar em pensar e projetar outros cenários possíveis, e que nos interessem mais.

Buscando capturar uma imaginação fugidia, as fabulações especulativas nos auxiliam a recuperar nossa capacidade de imaginar e responder aos desafios que nos atravessam. Por meio da combinação entre análise histórica e documental e exercícios de ficcionalização, investimos aqui na construção de uma agenda de pesquisa em design que seja comprometida com uma leitura atenta e plural da realidade que nos cerca. É a imaginação, enfim, que pode nos levar para fora do limite do tempo presente, e nos ajudar a levantar hipóteses, inventar, pretender ou descobrir outros modos, abrindo caminho pelos quais a razão possa seguir.

Referências

GASPAR, Mónica. **F(r)ictions**. Design as Cultural Form of Dissent. Artigo apresentado na conferência **Design Activism and Social Change**, organizada pela Design History Society, 7-10 setembro. Barcelona, Espanha, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**. Fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

FREITAS, Ernani Cesar de; BOAVENTURA, Luis Henrique. Enunciados aderentes: a bandeira do Brasil como ethos de apoio ao bolsonarismo nas eleições de 2022. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 18, n. 3, p. 611-636, set./dez. 2022

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ufop, 2012.

PRECIADO, Paul. “Multidões Queer - Notas para Uma Política Dos Anormais”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista**. Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 409-419.

SOLANO, Esther; ORTELLANO, Pablo; RIBEIRO, Márcia M. “O ano da polarização?” In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (org). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 91-120.

STENGERS, Isabelle. “Speculative Philosophy and the Art of Dramatization” In: FABER, Roland; GOFFEY, Andrew. **The allure of things: process and object in contemporary philosophy**. New York (N.Y.): Bloomsbury academic, 2014.

Como referenciar

DAOU, Ísis; ANASTASSAKIS, Zoy. Bandeiras que imaginam futuros: fabulações especulativas a partir de intervenções no estandarte brasileiro. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pp. 278-305, jul./2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>.

DOI: <https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2024.82134>



A revista **Arcos Design** está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 18/02/2024 | Aceito em 16/05/2024